



Grant Thornton

# Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis  
nº 243EV-041-PB

Em 31 de dezembro de 2023



# Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023	11

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |  
Flamengo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-025.583/F-2



Fernando Camanzano Martinez  
Contador CRC 1SP-328.247/O-3

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de Dezembro de 2022

(Em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	318.650	332.175	Debêntures	13	5.371	-
Contas a receber de clientes	6	12.752	8.848	Fornecedores	14	15.131	7.698
Estoques		1.375	974	Obrigações sociais e trabalhistas	15	4.274	2.775
Impostos a recuperar	7	4.713	7.545	Obrigações tributárias	16	24.996	8.710
Adiantamentos diversos	8	35.728	4.846	Outras contas a pagar	17	3.834	4.308
Despesas antecipadas	9	16.410	22.243	Passivo financeiro - concessão de serviços públicos	10	-	43.307
Ativo financeiro - concessão de serviços públicos	10	34.276	-			53.606	66.798
		423.904	376.631	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Obrigações tributárias	16	257.455	212.776
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	18	6.712	3.316
Contas a receber de clientes	6	8.881	3.219	Provisão para manutenção	19	41.428	45.273
Impostos a recuperar	7	-	16.286	Debêntures	13	101.507	100.669
Despesas antecipadas	9	-	4	Outras contas a pagar	17	8.046	7.918
Imobilizado	11	4.803	5.170			415.148	369.953
Intangível	12	224.859	213.236	<b>Patrimônio líquido</b>	20		
		238.543	237.915	Capital social		137.151	137.151
				Reservas		56.542	40.644
						193.693	177.795
<b>Total do Ativo</b>		<b>662.447</b>	<b>614.546</b>	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>662.447</b>	<b>614.546</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Demonstrações de Resultados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Milhares de Reais, Exceto o Lucro Líquido do Exercício por Ação)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	21	1.467.552	1.581.356
Custos	22	(1.342.807)	(1.473.796)
Resultado bruto		<u>124.745</u>	<u>107.560</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	23	(82.903)	(61.584)
Provisão para manutenção	19	(9.401)	(30.938)
Depreciação e amortização	11/12	(9.075)	(9.946)
Outros resultados operacionais		<u>31</u>	<u>17</u>
		(101.348)	(102.451)
Resultado operacional antes do resultado financeiro, líquido		<u>23.397</u>	<u>5.109</u>
Receitas financeiras	24	44.163	30.899
Despesas financeiras	24	(15.482)	(11.228)
Resultado financeiro		<u>28.681</u>	<u>19.671</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>52.078</u>	<u>24.780</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	25	(14.381)	(7.223)
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	(21.799)	(13.064)
Lucro líquido do exercício		<u>15.898</u>	<u>4.493</u>
Número de ações em circulação	21(a)	<u>137.151.444</u>	<u>137.151.444</u>
Lucro líquido por ação - R\$		<u>115,91</u>	<u>0,03</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	15.898	4.493
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>15.898</u>	<u>4.493</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	137.151	1.808	34.343	-	173.302
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.493	4.493
Constituição de reserva					
Reserva de lucros	20(c) -	225	4.268	(4.493)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	137.151	2.033	38.611	-	177.795
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.898	15.898
Constituição de reserva					
Reserva de lucros	20(c) -	795	15.103	(15.898)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	137.151	2.828	53.714	-	193.693

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	15.898	4.493
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para conciliar o resultado às demonstrações geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização do imobilizado	367	367
Amortização do intangível	8.707	9.561
Juros sobre debêntures	14.205	6.427
Provisão para contingências	3.396	2.707
Provisão para manutenção	<u>(3.845)</u>	<u>8.826</u>
Lucro líquido do exercício - ajustado	38.728	32.381
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) das contas a receber de clientes - Ativo circulante e não circulante	(9.567)	(1.874)
Aumento (diminuição) dos estoques	(402)	195
Aumento (diminuição) dos impostos a recuperar - Ativo circulante e não circulante	19.118	11.397
Aumento (diminuição) dos adiantamentos diversos	(30.883)	58.056
Aumento (diminuição) das despesas antecipadas - Ativo circulante e não circulante	5.837	11.743
Aumento (diminuição) dos ativos e passivos financeiros - concessão de serviços públicos	(34.276)	44.181
Aumento (diminuição) dos fornecedores	7.433	(14.482)
Aumento (diminuição) das obrigações sociais e trabalhistas	1.499	57
Aumento (diminuição) das obrigações tributárias - Passivo circulante e não circulante	60.968	54.886
Aumento (diminuição) das outras contas a pagar - Passivo circulante e não circulante	<u>(43.654)</u>	<u>36.373</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	14.801	232.913
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no imobilizado	-	(22)
Adições no intangível	(20.371)	(57.672)
Baixas no intangível	<u>41</u>	<u>2.941</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(20.330)	(54.753)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Debêntures - Passivos circulante e não circulante	<u>(7.996)</u>	<u>36.492</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(7.996)	36.492
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.525)</u>	<u>214.652</u>
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa mais equivalentes de caixa	332.175	117.523
Saldos finais de caixa mais equivalentes de caixa	<u>318.650</u>	<u>332.175</u>
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.525)</u>	<u>214.652</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. (“Companhia”), endereço Rodovia dos Tamoios, s/n, KM 65-400, Zona Rural, Caraguatatuba – SP, CEP 12246-870, tem como objeto social a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de operação e manutenção dos trechos da Rodovia SP 099, compreendidos entre os quilômetros 11+500 km e 83+400 km, das SPAs 032/099, 033/099, 035/099 e 037/099, assim como a operação e manutenção dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião, quando entregues pelo Poder Concedente, bem como a execução de obras civis para a construção da Ampliação Principal do trecho compreendido entre os quilômetros 60+480 km e 82+000 km da Rodovia SP 099 (objeto de Concessão). A Companhia iniciou sua arrecadação de pedágio em 1º de julho de 2016 e o período de concessão irá até abril de 2045.

No dia 27 de agosto de 2021 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº6, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião. O prazo de conclusão da obra do contorno é para o segundo semestre de 2024.

Em 26 de março de 2022 houve a finalização da obra e inauguração do Novo Trecho de Serra. Denominada como ampliação principal, refere-se a obra de duplicação compreendida entre os quilômetros 60+480 km e 82+000 km da Rodovia SP 099. O novo trecho faz parte do contrato de concessão e tem vigência até o ano de 2045.

No dia 17 de fevereiro de 2023 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº9, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes da Automação dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião. O prazo de conclusão da obra do contorno é para o segundo semestre de 2024.

No dia 17 de fevereiro de 2023 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº10, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação de execução das Obras e Serviços do Planalto – Fase 1. O prazo de conclusão da obra do Passivo do Planalto – Fase I é para o segundo semestre de 2024.

### 2. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

#### 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

##### a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A Administração entende que a Companhia atende aos preceitos do ICPC 01 (R1), que trouxe uma mudança na forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas sujeitas ao alcance do referido normativo contábil.

O ICPC 01 (R1) determina que a infraestrutura dentro de seu alcance não será registrada como ativo imobilizado do concessionário, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura dos serviços públicos. Este é um dos conceitos mais importantes mencionados nas normas contábeis, em outras palavras, o concessionário deverá registrar tais valores como ativos intangíveis, ativos financeiros ou ambos.

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão pela administração em 27 de março de 2024.

#### **b) Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o período de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo.

#### **c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

### **3. Principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

#### **b) Instrumentos financeiros**

##### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica seus ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 5.

## **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

## **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

### **(ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

### **(iii) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### **c) Contas a receber de clientes**

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio, receitas acessórias, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas esperada.

### **d) Estoques**

Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição e não excedem ao custo de reposição ou valores líquidos de realização.

### **e) Concessão de serviços públicos**

O ativo ou passivo financeiro está demonstrado como o reconhecimento do aporte a receber do poder concedente para as obras de implantação da nova pista para duplicação do Trecho Serra da SP 099 (“Ampliação principal”) que, de acordo com o disposto no contrato de Concessão Patrocinada e ajustado conforme TAM nº 01/2017, em fevereiro de 2017, será efetuado por 68 meses, sendo posteriormente prorrogado para o mês de fevereiro de 2022, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

Em agosto de 2021 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº6, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

No dia 17 de fevereiro de 2023 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº9, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras de Implantação da Automação dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião.

No dia 17 de fevereiro de 2023 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº10, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação de execução das Obras e Serviços do Planalto – Fase I. O prazo de conclusão da obra do Passivo do Planalto – Fase I é para o segundo semestre de 2024.

Conforme ICPC 01 (R1), durante a fase de construção, o ativo operador (que representa seu direito acumulado a ser pago pelo fornecimento/prestação de serviços de construção) deve ser classificado como ativo financeiro quando ele representar caixa ou outro Ativo Financeiro devido pelo Poder Concedente, ou conforme sua instrução.

### **f) Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou formação e deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”, quando aplicável, na demonstração do resultado.

## **g) Intangível**

### ***i. Infraestrutura***

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, durante a fase de construção.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

Os ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tiveram sua amortização iniciada a partir da cobrança do pedágio, sendo o prazo equivalente à curva de demanda estimada.

### ***ii. Software***

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

## **h) Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## **i) Provisão para contingências**

As provisões para contingências (cível, Trabalhista, e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas.

#### **j) Provisão para manutenção**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade, ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada, antes de ser devolvida ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidação da obrigação presente na data do balanço.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção, somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída, e o item restaurado colocado novamente a disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

#### **k) Reconhecimento da receita**

A Companhia reconhecerá a receita quando o valor dela puder ser mensurado com segurança, e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir:

##### **i. Receita de serviços**

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

##### **ii. Receita de construção**

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estas podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro) pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível).

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão. Estão demonstradas conforme a seguir:

Receita Líquida		Custo de Construção		Margem de Lucro	
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
1.331.966	1.483.567	(1.342.807)	(1.473.796)	(10.841)	9.771



### **iii. Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

#### **1) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

A Companhia optou pelo lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

#### **m) Pronunciamentos, normas e interpretações contábeis que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estavam em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto;
- Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;
- Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com Covenants;
- Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores; e
- Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

#### **Reforma Tributária no Brasil**

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

#### **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para período, estão contemplados a seguir:

##### **(a) Contabilização de contratos de concessão**

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

### **(b) Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

### **(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

### **(d) Provisão para manutenção**

Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões é calculada, anualmente, por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para o ciclo de investimento – 5 anos), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, conforme a dívida da Concessionária.

### **(e) Passivos contingentes**

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

### **(f) Determinação das receitas de construção**

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção.

**(g) Perda (impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros**

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment dos ativos não financeiros.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	8	13
Numerários em Trânsito (i)	1.022	1.617
Banco Conta Movimento	1.228	478
Aplicações Financeiras		
Poupança (ii)	5.156	6.697
Títulos de Renda Fixa (ii)	<u>311.236</u>	<u>323.371</u>
	<u>318.650</u>	<u>332.175</u>

(i) O saldo se refere a numerários recebidos dos clientes e que, em função do *float* das instituições financeiras, só serão repassados à Concessionária em data futura.

(ii) O saldo de aplicações financeiras é composto basicamente por certificados de depósito bancários - CDB junto ao Banco Bradesco, e foi apresentada uma rentabilidade de 102% do CDI em 2023 e 100% em 2022 e depósitos de poupança que está relacionado ao licenciamento ambiental conforme nota explicativa nº 17.

## 6. Contas a receber de clientes

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Vale Pedágio	149	-	162	-
Pedágio Eletrônico (i)	10.026	-	7.765	-
Contraprestação (ii)	1.230	-	-	-
Faixa de Domínio (iii)	1.340	2.895	918	3.219
Titulos a Receber (iv)	-	5.986	-	-
Sem Faixa de Domínio	8	-	3	-
	<u>12.752</u>	<u>8.881</u>	<u>8.848</u>	<u>3.219</u>

- (i) Os pedágios eletrônicos referem-se aos clientes CGMP, Move Mais, Conectcar, Greenpass com vencimentos para 30 dias.
- (ii) Os valores de contraprestação são devidos conforme mecanismo da Banda de Demanda previsto na Clausula Vigésima Segunda do Contrato de Concessão.
- (iii) Em 2018 foi celebrado um contrato de locação de rede apagada com a empresa Multivale Engenharia e Serviços Ltda. A Companhia fornecerá um par de fibras ópticas apagadas e realizará a manutenção durante quinze anos, iniciados em 17 de dezembro de 2018. As quantias referentes às parcelas de 30% e 40% do valor total já foram recebidas, respectivamente, em dezembro de 2018 e abril de 2019. Os 30% restantes serão recebidos por meio de 15 parcelas anuais, sendo a primeira recebida em fevereiro de 2020 e a segunda, referente a fevereiro de 2021, recebida em julho de 2021, com os devidos acréscimos de multa e juros, a terceira parcela foi recebida em março de 2022, a quarta parcela foi recebida em março de 2023.
- (iv) Em títulos a receber temos os valores referente a desapropriação que são passivos em nome da Concessionária, porém de responsabilidade de terceiro.

## 7. Créditos tributários

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRRF S/ Aplicações Financeiras	1.592	-	1.855	-
IRPJ Base Negativa	3.120	-	318	-
CSLL Base Negativa	1	-	1	-
Imposto de Renda Diferido (i)	-	-	3.934	11.925
Contribuição Social Diferida (i)	-	-	1.437	4.361
	<u>4.713</u>	<u>-</u>	<u>7.545</u>	<u>16.286</u>

- (i) Os impostos diferidos foram constituídos sobre as diferenças temporárias. A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos por meio da projeção de seu lucro tributável para os próximos 5 anos, considerando fatores macroeconômicos que preveem um incremento de receita a partir de investimento decorrentes de novas demandas. No ano de 2023 foram compensados o valor de R\$21.657.

## 8. Adiantamentos

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a Fornecedores (i)	35.728	4.846
	<u>35.728</u>	<u>4.846</u>

(i) O saldo de adiantamento de fornecedores é composto basicamente por valores adiantados a fornecedores de materiais e serviços aplicados nas construções em andamento.

## 9. Despesas antecipadas

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Prêmio de Seguros (i)	15.228	-	21.473	-
Juros a Transcorrer	1.179	-	727	-
Outras despesas pagas antecipadamente	3	-	43	4
	<u>16.410</u>	<u>-</u>	<u>22.243</u>	<u>4</u>

(i) Os valores pagos a título de seguros, são transferidos para resultado na medida do transcurso do período contratado.

## 10. Ativo financeiro/Passivo financeiro – Concessão de serviços públicos

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Recebimentos	Saldo em 31/12/2023
Aportes públicos - Ativo	-	1.317.567	1.283.291	34.276
	<u>-</u>	<u>1.317.567</u>	<u>1.283.291</u>	<u>34.276</u>

  

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Exclusões	Saldo em 31/12/2023
Aportes públicos - Passivo	43.307	536.390	579.697	-
	<u>43.307</u>	<u>536.390</u>	<u>579.697</u>	<u>-</u>

  

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Recebimentos	Saldo em 31/12/2023
Aportes públicos - Ativo	-	1.317.567	1.283.291	34.276
	<u>-</u>	<u>1.317.567</u>	<u>1.283.291</u>	<u>34.276</u>

  

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Exclusões	Saldo em 31/12/2023
Aportes públicos - Passivo	43.307	536.390	579.697	-
	<u>43.307</u>	<u>536.390</u>	<u>579.697</u>	<u>-</u>

O ativo/passivo financeiro refere-se ao direito incondicional de receber e pagar caixa do poder concedente pela implantação da infraestrutura. O recebimento dos aportes segue o que está descrito no fluxo de desembolso das parcelas do Aporte de Recursos, conforme TAM nº 01/2017 (Ampliação Principal), TAM nº 05/2021 (Risco Geológico), TAM nº 06/2021 (Obra Civil Contornos), TAM nº 009 (Automação dos Contornos) e TAM nº 010 (Passivo do Planalto Fase 1).

## 11. Imobilizado

### a) Composição

	<u>% Depreciação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fibra ótica	4%	4.531	4.774
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10%	272	396
Total		<u>4.803</u>	<u>5.170</u>

### b) Movimentação

	<u>Fibra ótica</u>	<u>Benfeitoria em imóveis de terceiros</u>	<u>Imóveis em construção</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>5.016</u>	<u>498</u>	-	<u>5.514</u>
Adições	-	22	-	22
Baixas	-	-	-	-
Depreciação / Amortização	<u>(242)</u>	<u>(124)</u>	-	<u>(366)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>4.774</u>	<u>396</u>	-	<u>5.170</u>
Adições	-	-	-	-
Depreciação / Amortização	<u>(243)</u>	<u>(124)</u>	-	<u>(367)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>4.531</u>	<u>272</u>	-	<u>4.803</u>

## 12. Intangível

		<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização (*)</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
Instalações	69%	146.240	9.401	-	(5.971)	149.670
Equipamentos, veículos e sistemas de controle	14%	29.655	8.783	(1)	(1.211)	37.226
Desapropriações	4%	8.412	94	-	(343)	8.163
Conservação especial	6%	12.674	-	-	(517)	12.156
Elementos de segurança	1%	3.079	158	(24)	(126)	3.088
Resultado financeiro	5%	10.913	1.044	-	(446)	11.511
Meio Ambiente	1%	1.267	22	(16)	(52)	1.221
Outros	0%	996	869	-	(41)	1.824
		<u>213.236</u>	<u>20.371</u>	<u>(41)</u>	<u>(8.707)</u>	<u>224.859</u>

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização no ano de 2023 foi de 0,17%.

## Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

### Movimentação

<b>Saldo em 30 de junho de 2022</b>	<b>168.065</b>
(+) Adições (i)	57.673
(-) Baixas	(2.941)
(-) Amortizações	(9.561)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>213.236</b>
(+) Adições (i)	20.371
(-) Baixas	(41)
(-) Amortizações	(8.707)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>224.859</b>

- (i) As adições de 2023 referem-se as obras dos SAU 3 e 4 (Sistemas de Atendimento ao Usuário), WIFI (Equipamentos).

## 13. Debêntures

Em 25 de abril de 2022 a Companhia celebrou a 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Privadas Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única no valor total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). A emissão se deu através do enquadrando do “projeto” como prioritário pelo Ministério da Infraestrutura nº 1.561, de 24 de dezembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União (“DOU”) em 30 de dezembro de 2021. A Debênture terá prazo de 10 (dez) anos e 20 (vinte) dias, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2032. Sobre o valor nominal unitário atualizado incidirão juros remuneratórios pré-fixados, pagos semestralmente à taxa de juros de IPCA+ 7,8081 a.a.

Em 16 de novembro de 2022, a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela de juros no valor de R\$3.910, dia 15 de maio de 2023 efetuou o pagamento da segunda parcela de juros no valor de R\$3.896, e dia 16 de novembro de 2023 efetuou o pagamento da terceira parcela no valor de R\$4.099.

### Cláusulas restritivas (“Covenants”)

A Companhia obriga-se a cumprir determinadas cláusulas restritivas (“Covenants”), sob pena de ter decretado o vencimento antecipado de suas dívidas, a saber: (i) manutenção de garantias, (ii) ausência de títulos protestados, (iii) ausência de encerramento de conta depósito no banco, (iv) ausência de solicitação de recuperação judicial, entre outros.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Debêntures a Pagar CP	5.371	-
	<u>5.371</u>	<u>-</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Debêntures a Pagar LP	101.507	100.669
	<u>101.507</u>	<u>100.669</u>



<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022 - CP</b>	-
(+) Transferência	6.514
(+) Juros	2.956
(-) Pagamentos	(4.099)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023 - CP</b>	<b>5.371</b>

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021 - LP</b>	-
(+) Aquisição	100.000
(+) Juros	4.579
(-) Pagamentos	(3.910)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>100.669</b>
(-) Transferência	(6.514)
(+) Juros	11.248
(-) Pagamentos	(3.896)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>101.507</b>

#### 14. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores Nacionais a Pagar	15.131	7.698
	<b>15.131</b>	<b>7.698</b>

São registradas nessa conta os valores a pagar referente a aquisição de bens e serviços, para execução das obras, conservação e rotina da rodovia, além de custos operacionais e despesas administrativas.

#### 15. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	29	26
Provisões de férias e encargos	2.925	1.940
IRRF de empregados a recolher	508	244
INSS a Recolher	597	421
FGTS a Recolher	215	144
	<b>4.274</b>	<b>2.775</b>

## 16. Obrigações tributárias

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pis a Recolher (ii)	202	-	185	-
Cofins a Recolher (ii)	961	-	885	-
CSLL a Recolher (i)	553	-	421	-
IRRF S/ Terceiros a Recolher	37	-	20	-
ISS S/ Terceiros a Recolher	21.925	-	6.070	-
ISS a Recolher	1.078	-	950	-
INSS S/ Terceiros a Recolher	137	-	92	-
Pis/Cofins/CSLL Terceiros a Recolher	103	-	63	-
Outras Obrigações Tributárias	-	-	24	-
IRPJ Diferido (i)	-	39.037	-	38.960
CSLL Diferida (i)	-	14.092	-	14.026
Pis Diferido (ii)	-	36.387	-	28.456
Cofins Diferido (ii)	-	167.939	-	131.334
	<u>24.996</u>	<u>257.455</u>	<u>8.710</u>	<u>212.776</u>

- (i) A tributação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) diferidos se dá mediante a apuração contábil dos resultados, cuja base de cálculo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$63.405 (R\$31.702 em 31 de dezembro de 2022). Os reflexos tributários da margem de construção, que é a diferença positiva entre a receita e o custo de construção (demonstrada na Nota Explicativa nº 3 item K (ii), para fins de apuração dos referidos tributos devem ser diferidos para serem tributados quando da entrada em operação da infraestrutura (Lei 11.079/04 – art. 6 - § 3 – inciso I e IN 1700/17 – art. 171 § 1,2 e 3).
- (ii) O PIS e COFINS diferidos foram reconhecidos de acordo com a Lei 11.079/04, que determina a tributação dos aportes de recursos pelo prazo restante do contrato, considerando a data partir do início da prestação dos serviços públicos, sendo apurado pelo regime cumulativo com alíquota de 0,65% (PIS) e 3% (COFINS). Em março com a entrega da obra da ampliação principal começou o recolhimento dos impostos.

	Saldo em	Adições	Adições	Adições	Exclusões	Saldo em
	31/12/2022	Ampliação Principal	Adições Obra Civil	Passivo do Planalto		
Pis Diferido	28.456	337	2.886	1.493	4.129	36.387
Cofins Diferido	131.334	1.557	13.320	6.889	19.059	167.939
	<u>159.790</u>	<u>1.894</u>	<u>16.206</u>	<u>8.382</u>	<u>23.188</u>	<u>204.325</u>

  

	Saldo em	Adições	Adições	Adições	Exclusões	Saldo em
	31/12/2021	Ampliação Principal	Adições Obra Civil	Passivo do Planalto		
Pis Diferido	19.566	2.186	7.456	-	(752)	28.456
Cofins Diferido	90.304	10.093	34.412	-	(3.475)	131.334
	<u>109.870</u>	<u>12.279</u>	<u>41.868</u>	<u>-</u>	<u>(4.227)</u>	<u>159.790</u>

## 17. Outras contas a pagar

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigação contratual ambiental (i)	-	5.156	-	4.705
Seguros e garantias a pagar	89	-	89	-
Adiantamentos de clientes (iii)	2.243	-	2.335	-
Adiantamento de clientes - Pedágio	631	-	631	-
Receita acessórias a apropriar (ii)	324	2.890	324	3.213
Outros valores a pagar	547	-	929	-
	<u>3.834</u>	<u>8.046</u>	<u>4.308</u>	<u>7.918</u>

- (i) Refere-se a um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), que foi celebrado com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em decorrência do licenciamento ambiental de duplicação da rodovia. Os valores foram calculados em caráter provisório, considerando o potencial impacto ambiental na forma do Decreto Federal nº 6.848/09, conforme memória de cálculo elaborada pela **CETESB** e constante no Processo nº 98/2011. A Companhia depositou os valores em conta poupança de sua titularidade, que deverão ser repassados, juntamente com os respectivos rendimentos, ao ente federativo beneficiário, conforme deliberação a ser feita pela Câmara de Compensação Ambiental – CCA.
- (ii) Correspondente ao recebimento antecipado de parcelas do contrato de locação de fibra óptica apagada (vide Nota Explicativa nº 11), que será amortizado conforme o tempo de duração do referido contrato.
- (iii) O adiantamento de cliente se refere ao contrato com a Multivale, onde o cliente já adiantou para a Companhia 70% do valor total do serviço e o restante será pago em 15 parcelas anuais.

## 18. Provisão para contingências

### *Perdas prováveis, provisionadas no balanço*

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e até atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com os referidos consultores legais, havia o montante de R\$ 6.712 e em 31 de dezembro de 2022 havia o montante de R\$ 3.316 envolvendo riscos de perda classificadas como prováveis.

Além disso, cabe ressaltar que do montante total de processos envolvendo riscos de perda classificadas como prováveis para 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 5.986 se refere aos processos de desapropriação, cujos riscos apesar de estarem relacionados a Concessionária, por força de contrato celebrado entre a Companhia e a parte relacionada EGTC Infra (antiga Engetec), serão reembolsados pela parte relacionada citada em forma de descontos financeiros demonstrados em seus boletins de medições.

### *Perdas possíveis, não provisionadas no balanço*

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui ações de naturezas cível e trabalhistas, no montante de R\$ 21.368 (R\$ 12.861 em 31 de dezembro de 2022) envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

## 19. Provisão para manutenção

	31/12/2023	31/12/2022
Pavimentos	19.686	23.824
AVP Pavimentos	7.312	7.171
Sinalização	5.984	7.942
AVP Sinalização	1.891	1.706
Obras de arte especial	4.517	3.504
AVP Obras de arte especial	2.038	1.126
	<u>41.428</u>	<u>45.273</u>

A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 5 anos (1º ciclo - de abril de 2016 a março de 2021 / 2º ciclo – de abril de 2021 a março de 2026), descontados a valor presente, conforme dívida da Concessionária. A determinação da taxa de desconto utilizada está baseada na média ponderada das captações no início do ciclo de investimentos.

A Companhia revisa periodicamente os estudos sobre as referidas provisões com base em dados estimados pelos profissionais internos de engenharia e são consideradas suficientes pela sua Administração visando suprir as devidas manutenções futuras.

Em 2021 houve o encerramento do 1º ciclo de manutenção de algumas áreas e o início do 2º ciclo de manutenção (que tratará de provisões anuais e vigorará por 5 anos, se encerrando em março de 2026), o que demandou a projeção e provisionamento dos referidos desembolsos.

A movimentação da provisão para manutenção, líquida de ajuste a valor presente, segue demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31.12.2021</b>	<u>36.447</u>
Baixas	(22.112)
Adições	<u>30.938</u>
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<u>45.273</u>
Baixas	(34.621)
Adições	<u>30.776</u>
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<u>41.428</u>

## 20. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$137.151, dividido em 109.721.155 (cento e nove milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 27.430.289 (vinte e sete milhões, quatrocentos e trinta mil, duzentos e oitenta e nove) ações preferenciais, sendo todas nominativas e sem valor nominal.

### (b) Política de distribuição de lucros

Do lucro líquido do exercício, serão deduzidas as reservas exigidas por lei e outras determinadas por sócios que representem a maioria do capital social, devendo o saldo remanescente ter o destino que os sócios, pelo mesmo quórum, determinarem. Contudo, conforme estabelecido no contrato de emissão das debêntures, a Companhia não pode realizar a distribuição de dividendos até a liquidação total da operação. Por esse motivo, não há registro de proposta de distribuição.

**(c) Reservas**

Do resultado do exercício apurado na forma da legislação em vigor, serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Do saldo remanescente, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações:

1. 5% para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, ficando dispensada a destinação de lucro para esta reserva quando o seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social;
2. Formação de reserva para contingências, caso haja necessidade, por proposta dos Administradores e aprovado em Assembleia Geral;
3. Constituição de reserva de lucros a realizar, se for o caso, na forma prevista da Lei;
4. A Assembleia Geral decidirá o destino do lucro líquido remanescente do exercício, nos termos da Lei.

**21. Receita líquida**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas		
Receitas de obras de infraestrutura (a)	1.381.638	1.537.712
Receitas de pedágio	138.069	106.827
Receitas de contraprestação	10.547	-
Receitas acessórias	3.956	3.302
	<u>1.534.210</u>	<u>1.647.841</u>
Deduções		
ISS	(7.427)	(5.340)
PIS	(9.789)	(10.300)
Cofins	(45.181)	(47.541)
Outras deduções	(4.261)	(3.304)
	<u>(66.658)</u>	<u>(66.485)</u>
	<u>1.467.552</u>	<u>1.581.356</u>

(a) O montante de R\$1.381.638 (de R\$1.537.712 em 31 de dezembro de 2022) referente a Receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, conforme contrato de concessão vigente.

(b) A seguir está demonstrada a composição do PIS e da COFINS, do quadro acima:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>PIS</b>		
Sobre receitas de pedágios, acessórias e contraprestação	(943)	(658)
Sobre obras de infraestrutura	<u>(8.846)</u>	<u>(9.642)</u>
	<u>(9.789)</u>	<u>(10.300)</u>
<b>COFINS</b>		
Sobre receitas de pedágios, acessórias e contraprestação	(4.355)	(3.036)
Sobre obras de infraestrutura	<u>(40.826)</u>	<u>(44.505)</u>
	<u>(45.181)</u>	<u>(47.541)</u>
	<u>(54.970)</u>	<u>(57.841)</u>

## 22. Custos

O montante de R\$1.381.638 (R\$1.537.712 em 31 de dezembro de 2022), refere-se aos custos de obras de infraestrutura reconhecidos tomando-se por base as orientações contidas na interpretação técnica ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

A seguir está demonstrada a conciliação entre os custos de obras de infraestrutura citado acima e o valor reconhecido nas receitas de obras de infraestrutura do exercício, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 21:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas de obras de infraestrutura - Nota 21	1.381.638	1.537.712
Margem de Lucro	10.841	(9.771)
Receitas, líquidas de margem, de obras de infraestrutura	<u>1.392.479</u>	<u>1.527.941</u>
<b>Deduções</b>		
PIS Sobre obras de infraestrutura - Nota 21	(8.846)	(9.641)
COFINS Sobre obras de infraestrutura - Nota 21	<u>(40.826)</u>	<u>(44.504)</u>
	<u>(49.672)</u>	<u>(54.145)</u>
<b>Custo de obras de infraestrutura</b>	<u>1.342.807</u>	<u>1.473.796</u>

Os custos de obra são representados basicamente pelos custos incorridos pelas empreiteiras contratadas para a execução das obras de infraestrutura. A Companhia manteve custos incorridos no montante de R\$ 1.342.807 (R\$ 1.473.796 em 2022) referente a custos de obras com partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa ° 27.

### 23. Despesas Administrativas

As despesas administrativas referem-se aos gastos com o pessoal, serviços tomados, materiais de uso e consumo, gastos gerais, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e Remuneracoes	38.671	24.784
Prestadores de Serviços	32.180	19.591
Material Equip E Veículos (Consumo)	8.197	6.780
Gastos Gerais	5.268	6.890
Seguros	1.042	832
Provisões de Contigências	(2.589)	2.707
Outros Resultados Operacionais	134	-
	<u>82.903</u>	<u>61.584</u>

### 24. Resultado Financeiro

<b>Receita Financeira</b>	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de Aplicação Financeira	41.686	27.419
Juros Ativos	42	113
Descontos Obtidos	2.421	2.965
Variação Cambial Ativa	11	402
Outras Receitas Financeiras	3	-
	<u>44.163</u>	<u>30.899</u>

<b>Despesas Financeira</b>	31/12/2023	31/12/2022
IOF	349	1.490
Juros de Financ em moeda nacional	7.699	6.427
Juros sobre atraso de pagamento	7	59
Despesas bancárias	229	4.715
Descontos concedidos	(9)	(25)
Cide	2	45
Ir S/ remessa exterior	3	75
Atualização do principal	6.505	-
Iss S/ remessa exterior	-	12
Pis E Cofins S/ remessa exterior	-	46
Variações Cambiais S/Fornec Externos	2	149
Pis S/ receita financeira	244	201
Cofins S/ receita financeira	1.495	1.232
Transferencias despesas financeiras	(1.044)	(3.198)
	<u>15.482</u>	<u>11.228</u>

## 25. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

### a) Diferido

	31/12/2023	31/12/2022
Csll Diferido – Icpic 01	(1.605)	282
Irpj Diferido – Icpic 01	(4.460)	782
Contribuição Social Diferido	7.469	3.211
Imposto De Renda Diferido	20.395	8.789
	<u>21.799</u>	<u>13.064</u>
	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Social Corrente	3.994	1.997
Imposto De Renda Corrente	10.387	5.226
	<u>14.381</u>	<u>7.223</u>

## 26. Gestão de Risco Financeiros

### a) Considerações Gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

### b) Gerenciamentos de Riscos

A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e outras contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

### c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período.



#### d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

#### 27. Operações com partes relacionadas

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Adiantamento de Fornecedores</u>		
Àlya Construtora	1.507	1.507
Engetec	-	1.889
	<u>1.507</u>	<u>3.396</u>
<u>Custo com Construção</u>		
Àlya Construtora	50.000	252.494
Engetec	1.119.887	1.075.350
	<u>1.169.887</u>	<u>1.327.844</u>
<u>Receita Acessória</u>		
Engetec	137	-
	<u>137</u>	<u>-</u>

#### Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A Companhia não possui Conselho de Administração, sendo a administração da Companhia exercida pela Diretoria. A Diretoria foi eleita em Assembleia Geral Extraordinária em 03/03/2023. Os diretores são todos empregados da Companhia e suas remunerações se baseiam em contratos de trabalho, regido pelas regras da CLT.

#### 28. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	15.898	4.493
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>137.151.444</u>	<u>137.151.444</u>
<b>Lucro básico por ação - R\$</b>	<b><u>115,91</u></b>	<b><u>0,03</u></b>

## 29. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro Predial	Março/2024	828
Seguro Garantia, Fianca	Dezembro/2024	149
Seguro Contornos	Dezembro/2024	60.746
Seguro Contornos	Novembro/2024	33.353
Seguro Responsabilidade Civil Automacao Contornos	Novembro/2024	30.000
Seguro Risco Engenharia Automacao Contornos	Novembro/2025	4.844.902
Seguro Risco Engenharia Passivo Do Planalto	Julho/2025	1.912
Seguro Responsabilidade Civil Passivo Do Planalto	Julho/2024	535
Seguro Responsabilidade Civil	Maior/2024	104.384
Seguro Responsabilidade Civil	Agosto/2024	50.000
Seguro Responsabilidade Operacional	Abril/2024	100.000
Seguro Frota Porto Seguro	Abril/2024	1.000

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

## 30. Coisa julgada

Alinhado ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), como conclusão dos julgamentos dos recursos extraordinários que discutem os limites da coisa julgada em matéria tributária (RE 949.297 e do RE 955.227, elencados nos Temas 881 e 885 da repercussão geral), na qual houve entendimento pela cessação de efeitos da coisa julgada de forma automática nos casos em que houver nova decisão em sentido contrário do STF, confirmamos nosso entendimento de que não há temas de ordem tributária vinculados à nossa escrita fiscal que tenham sido objeto de processos judiciais com trânsito em julgado individual, em relação aos quais estejamos fruindo os efeitos, que foram ou, eventualmente, ainda que de forma hipotética, possam vir a ser matéria de nova avaliação pelo STF em sede eficácia geral, pelo que confirmamos não haver quaisquer considerações ou efeitos a serem considerados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ora apresentadas.

\*\*\*